

ESPORTE

Delegação jalesense fica em 5º lugar nos Jogos da Melhor Idade

De 06 a 11 de junho foi realizada na cidade de Araçatuba, a 25ª Edição dos Jogos da Melhor Idade (JOMI) 2023 que contou com a participação de cerca de 2,5 mil atletas de 47 municípios das regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto. A delegação de Jales mais uma vez marcou presença, fez bonito e conquistou a 5ª colocação na classificação geral (um total de 58,5 pontos), ficando atrás apenas de São José do Rio Preto, Araçatuba e Birigui e Santa Fé do Sul.

A primeira-dama e presidente do Fundo Social de Solidariedade Alziane Rossafa Moreira, a vice-prefeita Marynilda Cavenaghi, o secretário de Administração, Reginaldo Viota, de Comunicação, Douglas Zilio, o presidente do CIEVI (Centro Integrado Esportivo de Valorização do Idoso), Antonio Quintella e atletas da AJATI (Associação Jalesense da Terceira Idade) que representaram Jales nas competições participaram da cerimônia de abertura dos jogos, no dia 07 de junho, na quadra EMEB Euza Neusa Marcondes Larios, que contou com a presença do prefeito de Araçatuba, Dilador Borges, entre outras autoridades municipais e da secretária de Esportes do Estado de São Paulo, Coronel Helena Reis, que deu boas-vindas às 53 delegações



participantes.

Após a cerimônia de abertura, as dançarinas de Jales deram show na quadra com a coreografia “A Dança da Minha Vida” da professora Silvia Reis, embaladas pela canção “Diana”, de Andrei Sixt.

O secretário de Esportes e Juventude, Wilter Guerzoni, que fez a entrega na manhã do dia 02 de junho, de novos agasalhos para os competidores participarem dos JOMI 2023, parabenizou “todos que participaram dos Jogos da Melhor Idade representando a nossa cidade que, mais uma vez, se orgulha com o desempenho de todos os participantes que conquistaram a 5ª colocação na classificação geral, ficando a frente de cidades como Catanduva, Votuporanga e Fernandópolis”.

A primeira-dama Alziane Rossafa

Moreira que presenteou as dançarinas de Jales com produção de cabelo e maquiagem para a apresentação, fez questão de prestigiar a cerimônia de abertura ao lado da delegação de Jales, também comemorou a vitória. “Foi uma alegria estar ao lado deles e ver todo o entusiasmo e dedicação. Jales se orgulha das nossas dançarinas e de todos os atletas que participaram das competições. São todos mais que vencedores, orgulho para nossa cidade que foi tão bem representada”.

O prefeito Luis Henrique que não conseguiu participar, devido a um compromisso na cidade de São Paulo, também fez questão de parabenizar os participantes: “É uma honra e uma grande satisfação ver nossos atletas da melhor idade obtendo ótimo desempenho nas competições,

além de vitoriosos, consagraram o nome da nossa cidade, entre as cinco melhores do principal torneio esportivo voltado para a melhor idade no Estado de São Paulo”.

O JOMI é uma realização do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com os municípios que sediam o evento. A competição é apenas para atletas acima dos 60 anos e as modalidades disputadas são atletismo, bocha, buraco, coreografia, damas, dança de salão, dominó, malha, natação, tênis, tênis de mesa, truco, voleibol adaptado e xadrez. O objetivo é valorizar e estimular a prática esportiva, como fator de promoção de saúde e bem estar, resgatando a autoestima para melhor convívio social dos idosos dos municípios do estado de São Paulo.



ARRECADAÇÃO

Leilão público de bens móveis inservíveis da Prefeitura de Jales arrecada mais de R\$ 1,3 milhão

Precisamente R\$ 1.361.080,00 foi o valor arrecadado durante o leilão de bens móveis e sucatas, considerados inservíveis ao Patrimônio Público de Jales, realizado na modalidade online através do site www.sumareleiloes.com.br. O leilão foi encerrado no dia 29 de maio e foi conduzido pelo leiloeiro oficial, Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira, devidamente registrado na JUCESP, sob

o nº 640.

Os interessados precisaram realizar cadastro prévio no site, enviando a documentação prevista para cadastramento, no endereço estabelecido no site do Leiloeiro Oficial. Após o efetivo cadastramento, foi atribuído a cada participante um login e senha para possibilitar a participação no certame.

“Foram disponibilizados pela Prefeitura de Jales 112 bens, ven-

didos no estado de conservação e condição em que se encontravam, sem garantia de funcionamento, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelo licitante, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas”, explicou o secretário de Fazenda, Ademir Maschio. Os interessados ainda tiveram a oportunidade de agendar a visita

pública para tomarem conhecimento do estado dos bens.

Tiveram a oportunidade de participar do leilão as pessoas físicas ou jurídicas, por seu representante legal, desde que devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Não puderam participar menores de 18 anos não emancipados, funcionário público municipal e membros

da comissão permanente de leilão.

O critério de julgamento utilizado foi o de maior lance ou oferta. A forma de pagamento foi à vista, no prazo máximo de 48 horas após a arrematação, por meio de boleto bancário, enviado pelo leiloeiro.

O prefeito Luis Henrique Moreira disse que o resultado do leilão superou as expectativas. “Tivemos um resultado extremamente positivo, foi uma ex-

periência bem sucedida e até nos motiva a realizar outros leilões quando se fizer necessário. Eram bens inservíveis e demos o destino mais adequado a eles, vendendo e revertendo em recursos para os cofres públicos. Com isso, renovamos mais uma vez, o nosso compromisso da atual gestão com a eficiência na administração pública”, frisou o chefe do Poder Executivo jalesense.



JALES CARTUCHOS

- Recargas em Cartuchos de Tinta e Toner
- Venda de Cartuchos Originais
- Remanufaturados

Disk Cartuchos:
(17) 3621.5671

Rua 15, 2249 - Centro - CEP 15700-038 - JALES/SP
e-mail: pablohcarvalho@hotmail.com

LANTERNAS E FARÓIS

Av. Francisco Jalles, 3164
centro - cep 15706-394 - Jales-SP
zap_lant.farois@hotmail.com

3621-4148
17 3621-1648
99727-4449

LHBORR

RESPONSABILIDADE COM A NATUREZA

XINGU

Sementes e Nutrição Animal

EDUARDO BAZZO
(17) 99611-2762

CONSI RJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE REGIÃO DE JALES – CONSI RJ
EXTRATO DE CONTRATO
O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSI RJ, através de seu Presidente **SR. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, torna pública a contratação da empresa abaixo, para locação e licenciamento de uso de Programas ou Sistemas para a Administração Pública do CONSI RJ, pelo período de **01/07/2023 a 30/06/2024** e o treinamento dos técnicos para a execução dos seguintes serviços: **Software para Contabilidade Pública, Software para Gestão de Recursos Humanos e Software para Gestão de Saúde.**

EMPRESA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL/ANO	CONTRATO Nº.
FIORILLI SOFTWARE LTDA. CNPJ nº. 01.704.233/0001-38	R\$ 2.010,00	R\$ 24.120,00	38/2023

Jales/SP, 14 de junho de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

CONSI RJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE REGIÃO DE JALES – CONSI RJ
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO
REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2021 - PROCESSO Nº. 10/2021
O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSI RJ**, através de seu Presidente **SR. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, torna pública a renovação da contratação de locação de imóvel, de uso comercial, localizado na Rua 07, nº. 2957, Centro, na cidade de Jales/SP, para execução das atividades do **AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL DE JALES**; pelo período de 12 (doze) meses, de **11 de Julho de 2023 a 10 de Julho de 2024**.

PROPRIETÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL	CONTRATO Nº	ADITAMENTO Nº
Oswaldo Pedro da Silva CPF nº. 141.699.838-15	R\$ 1.556,12	R\$ 18.673,44	28/2021	11/2023

Jales/SP, 16 de junho de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

CONSI RJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSI RJ
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2021 - PROCESSO Nº. 12/2021
O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSI RJ, através de seu Presidente **Sr. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, torna pública a renovação da contratação da empresa abaixo, para prestação de serviços de empresa especializada para disponibilização de solução integrada de infraestrutura TI e software de controle e gestão em saúde, sem limite no número de usuários, com fundamento na Portaria MS/GM nº 2048/2002 e demais legislações do ministério da saúde, em especial a portaria MS/nº 2026/2011, 1010/2012 e a portaria SAS/MS/nº 356/2013 para atender as necessidades do **SAMU 192 REGIONAL JALES/SP** (Central de Regulação), pelo período de 13/07/2023 a 12/07/2024.

EMPRESA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	CONTRATO Nº.	ADITIVO Nº.
BYTE7 COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 15.394.354/0001-35	R\$ 9.354,22	R\$ 112.250,64	30/2021	12/2023

Jales/SP, 16 de junho de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

PREFEITURAM. DE APARECIDA D' OESTE

TERMO ADITIVO AO CONTRATO

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

CONTRATO 009/2023

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DESTA MUNICIPALIDADE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D' OESTE

CONTRATADO: ANDERSON GOIS DOS SANTOS 29722024817

VALOR UNITÁRIO: LEITE PASTEURIZADO R\$ 6,98 O LITRO.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURAM. DE APARECIDA D' OESTE

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE

PELO PRESENTE, INDO DEVIDAMENTE ASSINADO, FAZ SABER, A TODOS QUANTOS INTERESSAR POSSA QUE, EXAMINANDO A PRESENTE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2023 CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 E, CONSIDERANDO O RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE, ASSIM COMO TODO O PROCESSADO, VERIFICOU QUE A MESMA ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, ALTERADA PELA DE Nº. 8.883 DE 08 DE JUNHO DE 1994 E PELA LEI Nº. 9.648 DE 27 DE MAIO DE 1.998, E O EDITAL E INSTRUÇÕES EXPEDIDOS. HOLMOLOGO E ADJUDICO A EMPRESA: MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA, SITUADO AO SÍTIO SÃO LUIZ, Nº S/N, CÔRREGO DA ÁGUA RUIM, EM APARECIDA D' OESTE, CPF SOB Nº. 269.159.888-82, DAP Nº SDW0269159888820703191018, E CNPJ Nº 32.196.565/0001 - 82; A EMPRESA: FABIO ROGELIO DE ANDRADE NERES, SITUADO AO SÍTIO SÃO FRANCISCO, Nº S/N, CÔRREGO DO BOI, EM APARECIDA D' OESTE, CPF SOB Nº. 280.626.828 - 11, DAP Nº SDW280626828112311210221, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 43.058.911/0001-82; A EMPRESA: RICARDO ALEXANDRE KOSSUGUI, SITUADO AO SÍTIO PROGRESSO, Nº S/N, CÔRREGO DO BOI, EM APARECIDA D' OESTE, CPF SOB Nº. 320.551.580 - 04, DAP Nº SDW0320551508041305210804, E CNPJ Nº 37.244.741/0001 - 28, E A EMPRESA AGNALDO PIRES, SITUADO À CHÁCARA BOA ESPERANÇA, Nº S/N CÔRREGO DA ÁGUA RUIM, EM APARECIDA D' OESTE, CPF SOB Nº. 159.266.408-30, DAP Nº SDW0159266408300404180849, INSCRITA NO CNPJ Nº 10.463.343/0001 - 46

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE, 06 DE JUNHO DE 2023

CONVOQUE-SE A INTERESSADA PARA ASSINAREM O TERMO DE CONTRATO NO PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS, SOB PENA DE DECAIR DO DIREITO À CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 81 II, DESDE QUE PRECLUSO O PRAZO DE RECURSO E/OU, PROCEDA-SE NA FORMA DA LEI.

CIÊNCIA À CONTABILIDADE PARA PROVIDÊNCIAS E AO ÓRGÃO INTERESSADO NO OBJETO. PUBLIQUE-SE POR AFIXAÇÃO NO LOCAL PRÓPRIO DESTA PREFEITURA.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2023 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NO ANO LETIVO DE 2023."

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D' OESTE

CONTRATO Nº. 029/2023

CONTRATADA: MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA, INSCRITA NO CNPJ: 32.196.565/0001 – 82

VALOR TOTAL: – R\$ 16.326,40 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS, E QUARENTA CENTAVOS)

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2023 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NO ANO LETIVO DE 2023."

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D' OESTE

CONTRATO Nº. 030/2023

CONTRATADA: FABIO ROGELIO DE ANDRADE NERES, INSCRITA NO CNPJ: 43.058.911/0001-82

VALOR TOTAL: – R\$ 21.680,00 (VINTE E UM MIL, E SEISCENTOS E OITENTA REAIS)

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2023 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NO ANO LETIVO DE 2023."

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D' OESTE

CONTRATO Nº. 031/2023

CONTRATADA: RICARDO ALEXANDRE KOSSUGUI, INSCRITA NO CNPJ: 37.244.741/0001 - 28

VALOR TOTAL: – R\$ 27.145,00 (VINTE E SETE MIL, E CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS)

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2023 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NO ANO LETIVO DE 2023."

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D' OESTE

CONTRATO Nº. 032/2023

CONTRATADA: AGNALDO PIRES, INSCRITA NO CNPJ: 10.463.343/0001 – 46

VALOR TOTAL: – R\$ 15.085,50 (QUINZE MIL, OITENTA E CINCO REAIS, E CINQUENTA CENTAVOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE, 06 DE JUNHO DE 2023.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURAM. DE APARECIDA D' OESTE

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE, E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE APARECIDA D'OESTE, COM SEDE NO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de direito público, com endereço à Praça Ademir de Oliveira, nº 10, CNPJ nº 46.605.051/0001-48, representado neste ato pelo Prefeito Municipal SR. IZAIAS APARECIDO SANCHEZ, e a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE APARECIDA D'OESTE, CNPJ nº 45.129.020/0001-76, com sede na Rua São Paulo, nº 1235, centro, APARECIDA D'OESTE, SP, denominada simplesmente COLABORADOR, neste ato representado por seu provedor o SR. ADILSON DE SOUZA FREIRE, portador do RG nº 14.404.659-3-SSP-SP e do CPF nº 049.827.428-47, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na correspondente Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante Justificativa anexa, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de Dispensa/Inexigibilidade de Chamamento Público nos termos dos arts. 30 a 32 da Lei 13.019/2014 tem por objeto firmar Termo de Colaboração com a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE APARECIDA D'OESTE, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.

1.2 Aquisição de Material de consumo para a Santa Casa de Aparecida d' Oeste, tais como: materiais médico/hospitalares, medicamentos, materiais de enfermagem, material de limpeza e lavanderia, higiene (papel higiênico, toalha de papel), material de copa e cozinha (produtos descartáveis como copos plásticos), alimentação entre outros bens de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DE REFERÊNCIA

2.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará ao COLABORADOR a quantia de R\$ 22.554,13 tendo vigência de 12 meses, conforme Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho anexo.

3.2 - Os valores serão repassados a partir da assinatura deste TERMO, e, não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO

4.1 - O presente termo terá vigência até 12/06/2024, podendo ser prorrogado por interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em consonância com o Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento vigente, conforme segue:

FICHA 420

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES.

6.1 - DO COLABORADOR

6.1.1 - Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do termo de colaboração;

6.1.2 - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo;

6.1.3 - Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei nº 13.019/2014 e Instrução Normativa TC 01/2016 do Tribunal de Contas de São Paulo;

6.1.4 - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

6.1.5 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

6.1.6 - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

6.1.7 - Prestar mensalmente dos valores recebidos e contas finais dos recursos recebidos em até 90 (noventa dias) do término da vigência da parceria.

6.1.8 - Dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

6.1.9 - Desenvolver as seguintes atividades:

a) realizar ações e serviços de saúde oferecidos pela rede pública de saúde municipal aos usuários do SUS, custeando parte das despesas com serviços prestados por terceiros;

6.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente termo terá como Gestor responsável pelo presente termo a senhora GLAUCIA CRISTINA FIGUEIREDO SOUSA, a qual terá as seguintes incumbências. Monitoramento e Avaliação:

6.2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria.

6.2.2 - Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las.

6.2.3 - Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação.

6.2.4 - Disponibilizar estrutura (materiais e equipamentos) para as atividades de monitoramento e avaliação.

6.2.5 - A Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, nomeada por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, e será composta por agentes públicos dos quais 2/3 devem ser titulares de cargos permanentes.

6.2.6 - A Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas no local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO COLABORADOR

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiais ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

7.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados do COLABORADOR no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1 - O presente termo de colaboração/termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

8.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

8.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA NONA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor GLAUCIA CRISTINA FIGUEIREDO SOUSA e pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, nomeada por Decreto ou Portaria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.2 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.3 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

9.4 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos e sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 - A administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios; II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.


§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.



ASPSIA
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL RESUMIDO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, torna público que realizará, na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições ao **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS** para o preenchimento de vagas dos cargos abaixo especificados providos pelo Regime Estatutário, Lei nº 035/1993. O Concurso Público será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal, vigentes e pertinentes, Lei Complementar nº 68/2012, que Institui o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Aspásia/SP e da outras providências, Lei Municipal que autorizou a implantação do Programa de Saúde da Família – PSF, Lei Federal nº 11350/2006 de 05/10/2006 e alterações posteriores.

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- A organização, aplicação e correção do Concurso Público serão de responsabilidade da **CONSESP – Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda**, exceto o curso de formação inicial.

1.2- **É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar** as publicações de TODOS os atos, editais, resultados, convocações e comunicados referentes a este concurso público. Até o resultado final o candidato deve acompanhar as publicações no site www.consesp.com.br e a partir de então, as publicações serão feitas exclusivamente pelo órgão realizador em seus órgãos oficiais de publicação, além de afixação em seus átrios.

1.3- Os cargos, as vagas (total de vagas ofertadas, vagas de Ampla Concorrência (AC) e vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD)), a carga horária semanal, o vencimento mensal, os requisitos e a escolaridade exigidos são os estabelecidos na tabela abaixo:

Cargos	Vagas			Carga Horária Semanal	Vencimentos R\$	Nível de Escolaridade e Requisitos
	Total	AC	PcD			
Agente de Combate a Endemias	02	02	-	40h	2.588,57	Ensino Médio Completo; e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas (Com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, Redação dada pela Lei nº 13.595, de 2018, de 05 de janeiro de 2018)
Ajudante Geral	CR	CR	-	40h	1.419,48	Ensino Fundamental Incompleto
Analista de Tecnologia da Informação	01	01	-	30h	3.396,11	Ensino Superior em Sistemas de informação, Ciência da Computação ou Engenharia da Computação.
Assistente Social do CRAS	02	02	-	20h	1.987,24	Ensino Superior Específico e Registro no órgão de Classe (concurso público de prova)
Braçal	CR	CR	-	40h	1.419,48	Ensino Fundamental Incompleto
Contador	01	01	-	40h	3.396,11	Ensino Superior Completo e Registro no órgão de Classe
Controlador interno	01	01	-	40h	3.837,63	Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Administração, Contabilidade, Direito, Gestão Pública e experiência mínima de dois anos no setor público em qualquer área
Coveiro	01	01	-	40h	1.419,48	Ensino Fundamental Incompleto
Engenheiro Agrônomo	01	01	-	40h	3.837,63	Curso Superior Específico e Registro no Órgão de Classe
Engenheiro Civil	01	01	-	20h	2.651,76	Curso Superior Específico e Registro no Órgão de Classe
Escrutinário	CR	CR	-	40h	1.987,24	Ensino Médio Completo
Lançador	CR	CR	-	40h	2.975,49	Ensino Médio Completo
Médico Clínico Geral	01	01	-	20h	3.837,63	Ensino Superior Específico e Registro no Órgão de Classe
Médico Ginecologista	01	01	-	20h	3.837,63	Ensino Superior Específico e Registro no Órgão de Classe
Médico Pediatra	01	01	-	20h	3.837,63	Ensino Superior Específico e Registro no Órgão de Classe
Merendeira	CR	CR	-	40h	1.419,48	Ensino Fundamental Completo
Monitor de Transporte Escolar	05	05	-	40h	1.520,39	Ensino Fundamental Completo; ter idade superior a dezoito (18) anos; e apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos
Motorista	04+CR	04+CR	-	40h	1.987,24	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D” ou superior
Operador de Máquina	01+CR	01+CR	-	40h	2.020,84	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”
Professor PEB I	01+CR	01+CR	-	25h	2.763,00	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor PEB II	01	01	-	12h	1.237,50	Licenciatura Plena em Artes
Psicólogo do CRAS	01	01	-	20h	1.987,24	Ensino Superior Específico e Registro no Órgão de Classe
Técnico de Enfermagem	02	02	-	40h	2.100,86	Ensino Médio Completo – Específico e Registro no Órgão de Classe

1.4- Os vencimentos constantes na tabela anterior estão atualizados até a data de publicação deste Edital.

1.5- As atribuições dos cargos são as constantes do **Anexo I** do presente Edital.

1.6- Todos os cargos públicos fazem jus a vale alimentação/vale valem salarial de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

1.7- Para os cargos de Professor PEB I e Professor PEB II, a classificação final do Concurso Público 001/2023, poderá ser utilizada para a contratação em caráter temporário e aulas eventuais, se necessário.

1.8- Quando não houver candidato inscrito para o cargo **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** com conclusão do nível médio, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos, conforme o § 1º do artigo 7º da Lei 13.595/2018.

1.9- Os aprovados e classificados para os cargos de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, conforme número de vagas dispostos no presente Edital, serão admitidos nos termos do artigo 10 da Lei 11.350/2006 e alterações posteriores.

CAPÍTULO 2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1- A inscrição implica na aceitação, por parte do candidato, de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público estabelecidos no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

2.1.1- O candidato será responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, bem como por qualquer erro e omissão, e deverá estar ciente de que disporá dos requisitos necessários para posse, especificados neste Edital.

2.1.2- Para se inscrever, o candidato deverá atender às condições para provimento do cargo e entregar em data a ser fixada em publicação oficial, quando da posse, a comprovação de:
I. ser brasileiro nato ou naturalizado, nos termos do art. 12 da Constituição Federal;
II. ter até a data da posse, idade mínima de 18 anos;
III. estar quite com as obrigações eleitorais;
IV. estar quite com as obrigações militares (quando do sexo masculino);
V. gozar de boa saúde física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por avaliação médica oficial realizada por profissionais designados pela Prefeitura;
VI. não registrar antecedentes criminais nos últimos 05 anos, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
VII. não ter sido demitido ou exonerado de serviço público (federal, estadual ou municipal) em consequência de processo administrativo (por justa causa ou a bem do serviço público) nos últimos 05 anos;
VIII. não ocupar emprego ou cargo público, ressalvados os acumuláveis previstos no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal;
IX. possuir os requisitos mínimos exigidos para o cargo, constantes do presente edital.

2.2- As inscrições serão feitas exclusivamente via internet, no site www.consesp.com.br, no período de **17 de junho a 16 de julho de 2023 (horário de Brasília)**, devendo, para tanto, o interessado proceder da seguinte forma:
a) acessar o site www.consesp.com.br e clique, em inscrições abertas, sobre a cidade que deseja se inscrever;
b) em seguida, clique em **INSCREVA-SE JÁ**, digite o número de seu CPF, leia e aceite os termos e condições e clique em continuar;
c) digite corretamente o CEP de seu endereço, escolha o cargo para o qual deseja se inscrever, clique em continuar;
d) na próxima página preencha corretamente os dados de inscrição, **leia e aceite os termos e condições e, clique em FINALIZAR INSCRIÇÃO**;
e) em seguida confira seus dados, o cargo escolhido, crie sua **SENHA DE ACESSO** e clique em **CONCORDO E EFETIVAR INSCRIÇÃO**;
f) na sequência, **GERE E IMPRIMA O BOLETO BANCÁRIO**, respeitando-se o horário de Brasília efetue o pagamento da respectiva taxa de inscrição;
g) Não Salvar em PDF o Boleto Bancário.

2.2.1- **Caso o candidato seja pessoa com deficiência, DEVERÁ no momento da inscrição solicitar o atendimento especializado**, se necessário e, observar as regras do **capítulo 3** deste Edital. (A não solicitação deste atendimento eximirá a empresa de qualquer providência).

2.2.2- Para inscrever-se o candidato deverá recolher o valor correspondente ao nível de escolaridade do cargo/ escolhido, conforme tabela abaixo:

Ensino Fundamental Incompleto e Completo	R\$ 40,00
Ensino Médio e/ou Técnico	R\$ 50,00
Ensino Superior	R\$ 60,00

2.2.3- **O pagamento do boleto deverá ser feito em qualquer agência bancária até a data de vencimento do mesmo**, que corresponde ao primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições, entendendo-se como “dia útil” exclusivamente os feriados nacionais e estaduais e respeitando-se, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição não ser processada, recebida e validada.

2.2.4- Não será aceito pagamento da taxa de inscrição que não seja através da quitação do boleto emitido no momento da inscrição. O pagamento por agendamento somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrição e até a data de seu vencimento.

2.2.4.1- Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por meio do PIX, cheque, depósito em caixa eletrônico, pelos correios, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicionando-se para o período de inscrição ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital. **NÃO é possível o pagamento do boleto de inscrição ao PIX**. O boleto de inscrição é um meio de pagamento distinto do PIX, com regras próprias. Documento que continha apenas o código de barras ou linha digital, e não continha o QR CODE, não pode ser pago utilizando PIX.

2.2.5- Quarenta e oito horas após o pagamento, conferir no site www.consesp.com.br se os dados da inscrição efetuada pela internet foram recebidos e seu status encontra-se como “inscrição confirmada”. E, em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a CONSESP, pelo telefone (18) 3199-0047, por telefone ou ocorrido.

2.2.6- Para gerar o comprovante de inscrição (após o pagamento) basta digitar o seu CPF no menu CONSULTE, em seguida selecionar o Concurso correspondente à inscrição desejada, e imprimir comprovante de inscrição.

2.2.7- A CONSESP não se responsabiliza por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.

2.3- Efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos para a alteração de cargos, seja qual for o motivo alegado.

2.3.1- Os candidatos poderão inscrever-se para mais de um cargo, desde que haja compatibilidade de datas e horários de provas, conforme dispõe o presente Edital, devendo, para tanto, proceder inscrições individualizadas para cada cargo desejado. Se eventualmente o candidato se inscrever para cargos cujas provas coincidam horários, valerá a inscrição do cargo para qual assinou a respectiva lista de presença, sendo vedada a mudança após a assinatura.

2.3.2- Serão condicionadas, até a data das provas práticas, eventuais inscrições de candidatos aos cargos de **Motorista e Operador de Máquina**, que possuem habilitação de categorias inferiores às exigidas no presente edital, ou se o prazo de validade das mesmas estiver vencido na data da inscrição.

2.4- Após encerramento das inscrições, os eventuais erros de digitação no nome, CPF e data de nascimento deverão ser corrigidos somente no dia das respectivas provas, mediante solicitação ao Fiscal de Sala.

2.5- A taxa de inscrição somente será devolvida ao candidato nas hipóteses de cancelamento do certame pela própria Administração ou quando o pagamento for realizado em duplicidade ou fora do prazo.

2.6- O candidato que não tiver acesso próprio à internet poderá efetuar sua inscrição por meio de serviços públicos, tais como o Programa ACESSA SÃO PAULO, que disponibiliza a todo cidadão, gratuitamente, postos públicos para o acesso à internet. Para utilizar os computadores, basta fazer um cadastro e apresentar o documento de identidade nos Postos do ACESSA SÃO PAULO.

LOCAL - DIA - As provas objetivas (escritas) serão realizadas na cidade de Aspásia/SP, na data provável de **20 de agosto de 2023**, nos horários descritos abaixo, em locais a serem divulgados por meio de Edital próprio que será afixado no local de costume da Prefeitura, no site do município www.apsasia.sp.gov.br, por meio de jornal com circulação no município e do site www.consesp.com.br, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

HORÁRIOS (em ponto)

Abertura dos portões – 7:15 horas	Abertura dos portões – 11:45 horas
Fechamento dos portões – 7:45 horas	Fechamento dos portões – 12:15 horas
Início das Provas – 8:00 horas	Início das Provas – 12:30 horas

Agente de Combate a Endemias

Ajudante Geral

Analista de Tecnologia da Informação

Contador

Coveiro

Engenheiro Agrônomo

Escrutinário

Médico Clínico Geral

Médico Pediatra

Merendeira

Motorista

Professor PEB I

Assistente Social do CRAS

Braçal

Controlador Interno

Engenheiro Civil

Lançador

Médico Ginecologista

Monitor de Transporte Escolar

Operador de Máquina

Professor PEB II

Psicólogo do CRAS


Técnico de Enfermagem

O Edital completo, inclusive o CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, se acha afixado no local de costume na Sede de Prefeitura e no site www.consesp.com.br, onde poderá ser consultado por qualquer interessado.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Aspásia/SP, 17 de junho de 2023

Ivan de Paula
Prefeito

<div><div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS</div></div><div><div>Praca da Bandeira 69</div><div>Exercício: 2023</div><div>45132719/0001-14</div></div><div>DEMONSTRATIVO MENSAL DOS RECURSOS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO ARTIGO 162 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988</div><div>Maio PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS</div></div> <div><div>Page 1</div><table><tr><th>Código</th><th>Especificação</th><th>Saldo Anterior</th><th>MES</th><th>TOTAL</th></tr><tr><td colspan="5">RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO</td></tr><tr><td>1112.50.0.1.00.00</td><td>IPJU-PRINCIPAL</td><td>69.598,11</td><td>7.146,29</td><td>76.744,40</td></tr><tr><td>1112.53.0.1.00.00</td><td>ITBI- PRINCIPAL</td><td>13.869,25</td><td>7.191,00</td><td>21.060,25</td></tr><tr><td>1113.03.1.1.00.00</td><td>IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL</td><td>168.851,98</td><td>38.776,80</td><td>207.630,78</td></tr><tr><td>1113.03.1.1.01.00</td><td>IRRF - TRABALHO - PESSOA JURIDICA</td><td>1.113,79</td><td>470,00</td><td>1.583,79</td></tr><tr><td>1114.51.1.1.00.01</td><td>ISSON - PRINCIPAL</td><td>216.658,00</td><td>8.153,98</td><td>224.811,98</td></tr><tr><td>1114.51.1.1.00.02</td><td>ISS - SIMPLES NACIONAL</td><td>12.415,65</td><td>3.427,24</td><td>15.842,89</td></tr><tr><td>1122.01.0.1.00.01</td><td>TAXAS DE LICENÇA P/FUNC. DE EST. COMERCIAIS E AMB.</td><td>7.087,17</td><td>337,78</td><td>7.424,95</td></tr><tr><td>1122.01.0.1.00.02</td><td>TAXA DE REMOÇÃO DE LIXO</td><td>18.548,83</td><td>2.155,85</td><td>20.704,68</td></tr><tr><td>1122.01.0.1.00.03</td><td>TAXA DE EXPEDIENTE</td><td>1.883,64</td><td>603,46</td><td>2.487,12</td></tr><tr><td>1131.51.0.1.00.00</td><td>CONTRIB MELH EXP REDE</td><td>31.329,29</td><td>8.281,54</td><td>39.610,83</td></tr><tr><td></td><td>ILUM.PUBL.CIDADE-PRINCIPAL</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Sub Total</td><td></td><td>541.355,71</td><td>76.545,96</td><td>617.901,67</td></tr><tr><td colspan="5">TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO</td></tr><tr><td>1711.51.1.1.00.00</td><td>COTA-PARTE FPM-COTA MESAL - PRINCIPAL</td><td>4.956.404,52</td><td>1.258.843,07</td><td>6.215.247,59</td></tr><tr><td>1711.51.2.1.00.00</td><td>COTA-PARTE FPM-COTAS EXTRAORDINÁRIA- PRINCIPAL</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>1711.52.0.1.00.00</td><td>COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL</td><td>3.584,24</td><td>8,70</td><td>3.592,94</td></tr><tr><td>Sub Total</td><td></td><td>4.959.988,76</td><td>1.258.851,77</td><td>6.218.840,53</td></tr><tr><td colspan="5">TRANSFERÊNCIA DO ESTADO</td></tr><tr><td>1721.50.0.1.00.00</td><td>COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL</td><td>1.042.556,13</td><td>393.136,46</td><td>1.435.692,59</td></tr><tr><td>1721.51.0.1.00.00</td><td>COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL</td><td>287.873,77</td><td>30.938,28</td><td>318.812,05</td></tr><tr><td>1721.52.0.1.00.00</td><td>COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL</td><td>6.038,39</td><td>1.506,47</td><td>7.544,86</td></tr><tr><td>Sub Total</td><td></td><td>1.336.468,29</td><td>425.581,21</td><td>1.762.049,50</td></tr><tr><td colspan="5">RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO - MULTAS E JUROS</td></tr><tr><td>1112.50.0.2.00.01</td><td>PTJU - MULTAS E JUROS</td><td>54,16</td><td>45,94</td><td>100,10</td></tr><tr><td>1119.99.0.2.00.00</td><td>OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS</td><td>217,53</td><td>18,17</td><td>235,70</td></tr><tr><td>Sub Total</td><td></td><td>271,69</td><td>64,11</td><td>335,80</td></tr><tr><td colspan="5">RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - MULTAS E JUROS</td></tr><tr><td>1112.50.0.4.00.01</td><td>PTJU - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS</td><td>1.693,15</td><td>126,85</td><td>1.820,00</td></tr><tr><td>1119.99.0.4.00.00</td><td>OUTROS IMPOSTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS</td><td>1.973,62</td><td>1.800,48</td><td>3.774,10</td></tr><tr><td>Sub Total</td><td></td><td>3.666,77</td><td>1.927,33</td><td>5.594,10</td></tr><tr><td colspan="5">DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</td></tr><tr><td>9510.00.0.0.00.01</td><td>(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - FPM</td><td>-991.280,80</td><td>-251.768,58</td><td>-1.243.049,38</td></tr><tr><td>9510.00.0.0.00.02</td><td>(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - ITR</td><td>-716,83</td><td>-1,74</td><td>-718,57</td></tr><tr><td>9510.00.0.0.00.03</td><td>(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - ICMS</td><td>-208.511,13</td><td>-78.627,26</td><td>-287.138,39</td></tr><tr><td>9510.00.0.0.00.04</td><td>(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - IPVA</td><td>-57.574,28</td><td>-6.167,53</td><td>-63.741,81</td></tr><tr><td>9510.00.0.0.00.05</td><td>(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - IPI</td><td>-1.207,66</td><td>-301,29</td><td>-1.508,95</td></tr><tr><td>Sub Total</td><td></td><td>-1.259.290,70</td><td>-336.866,40</td><td>-1.596.157,10</td></tr></table></div> <div><div>Page 2</div><table><tr><th>Código</th><th>Especificação</th><th>Saldo Anterior</th><th>MES</th><th>TOTAL</th></tr><tr><td colspan="5">Maio PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS</td></tr><tr><td colspan="5">Marinópolis, 31 de maio de 2023</td></tr><tr><td colspan="5"><div><div>Evaldo Ribeiro Prefeito Municipal</div><div>José Aparecido Trevizol Contador - CRC: 15P229732/O-0/S-P</div></div><div><div>Carlos Ariel Medis Tesorero</div></div></td></tr><tr><td colspan="5">Total</td></tr><tr><td colspan="5">5.582.460,52 1.426.083,98 7.008.544,50</td></tr></table></div>	Código	Especificação	Saldo Anterior	MES	TOTAL	RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO					1112.50.0.1.00.00	IPJU-PRINCIPAL	69.598,11	7.146,29	76.744,40	1112.53.0.1.00.00	ITBI- PRINCIPAL	13.869,25	7.191,00	21.060,25	1113.03.1.1.00.00	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	168.851,98	38.776,80	207.630,78	1113.03.1.1.01.00	IRRF - TRABALHO - PESSOA JURIDICA	1.113,79	470,00	1.583,79	1114.51.1.1.00.01	ISSON - PRINCIPAL	216.658,00	8.153,98	224.811,98	1114.51.1.1.00.02	ISS - SIMPLES NACIONAL	12.415,65	3.427,24	15.842,89	1122.01.0.1.00.01	TAXAS DE LICENÇA P/FUNC. DE EST. COMERCIAIS E AMB.	7.087,17	337,78	7.424,95	1122.01.0.1.00.02	TAXA DE REMOÇÃO DE LIXO	18.548,83	2.155,85	20.704,68	1122.01.0.1.00.03	TAXA DE EXPEDIENTE	1.883,64	603,46	2.487,12	1131.51.0.1.00.00	CONTRIB MELH EXP REDE	31.329,29	8.281,54	39.610,83		ILUM.PUBL.CIDADE-PRINCIPAL				Sub Total		541.355,71	76.545,96	617.901,67	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO					1711.51.1.1.00.00	COTA-PARTE FPM-COTA MESAL - PRINCIPAL	4.956.404,52	1.258.843,07	6.215.247,59	1711.51.2.1.00.00	COTA-PARTE FPM-COTAS EXTRAORDINÁRIA- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	1711.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	3.584,24	8,70	3.592,94	Sub Total		4.959.988,76	1.258.851,77	6.218.840,53	TRANSFERÊNCIA DO ESTADO					1721.50.0.1.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	1.042.556,13	393.136,46	1.435.692,59	1721.51.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	287.873,77	30.938,28	318.812,05	1721.52.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	6.038,39	1.506,47	7.544,86	Sub Total		1.336.468,29	425.581,21	1.762.049,50	RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO - MULTAS E JUROS					1112.50.0.2.00.01	PTJU - MULTAS E JUROS	54,16	45,94	100,10	1119.99.0.2.00.00	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS	217,53	18,17	235,70	Sub Total		271,69	64,11	335,80	RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - MULTAS E JUROS					1112.50.0.4.00.01	PTJU - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.693,15	126,85	1.820,00	1119.99.0.4.00.00	OUTROS IMPOSTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.973,62	1.800,48	3.774,10	Sub Total		3.666,77	1.927,33	5.594,10	DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB					9510.00.0.0.00.01	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - FPM	-991.280,80	-251.768,58	-1.243.049,38	9510.00.0.0.00.02	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - ITR	-716,83	-1,74	-718,57	9510.00.0.0.00.03	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - ICMS	-208.511,13	-78.627,26	-287.138,39	9510.00.0.0.00.04	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - IPVA	-57.574,28	-6.167,53	-63.741,81	9510.00.0.0.00.05	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - IPI	-1.207,66	-301,29	-1.508,95	Sub Total		-1.259.290,70	-336.866,40	-1.596.157,10	Código	Especificação	Saldo Anterior	MES	TOTAL	Maio PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS					Marinópolis, 31 de maio de 2023					<div><div>Evaldo Ribeiro Prefeito Municipal</div><div>José Aparecido Trevizol Contador - CRC: 15P229732/O-0/S-P</div></div> <div><div>Carlos Ariel Medis Tesorero</div></div>					Total					5.582.460,52 1.426.083,98 7.008.544,50				
Código	Especificação	Saldo Anterior	MES	TOTAL																																																																																																																																																																																																																													
RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO																																																																																																																																																																																																																																	
1112.50.0.1.00.00	IPJU-PRINCIPAL	69.598,11	7.146,29	76.744,40																																																																																																																																																																																																																													
1112.53.0.1.00.00	ITBI- PRINCIPAL	13.869,25	7.191,00	21.060,25																																																																																																																																																																																																																													
1113.03.1.1.00.00	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	168.851,98	38.776,80	207.630,78																																																																																																																																																																																																																													
1113.03.1.1.01.00	IRRF - TRABALHO - PESSOA JURIDICA	1.113,79	470,00	1.583,79																																																																																																																																																																																																																													
1114.51.1.1.00.01	ISSON - PRINCIPAL	216.658,00	8.153,98	224.811,98																																																																																																																																																																																																																													
1114.51.1.1.00.02	ISS - SIMPLES NACIONAL	12.415,65	3.427,24	15.842,89																																																																																																																																																																																																																													
1122.01.0.1.00.01	TAXAS DE LICENÇA P/FUNC. DE EST. COMERCIAIS E AMB.	7.087,17	337,78	7.424,95																																																																																																																																																																																																																													
1122.01.0.1.00.02	TAXA DE REMOÇÃO DE LIXO	18.548,83	2.155,85	20.704,68																																																																																																																																																																																																																													
1122.01.0.1.00.03	TAXA DE EXPEDIENTE	1.883,64	603,46	2.487,12																																																																																																																																																																																																																													
1131.51.0.1.00.00	CONTRIB MELH EXP REDE	31.329,29	8.281,54	39.610,83																																																																																																																																																																																																																													
	ILUM.PUBL.CIDADE-PRINCIPAL																																																																																																																																																																																																																																
Sub Total		541.355,71	76.545,96	617.901,67																																																																																																																																																																																																																													
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO																																																																																																																																																																																																																																	
1711.51.1.1.00.00	COTA-PARTE FPM-COTA MESAL - PRINCIPAL	4.956.404,52	1.258.843,07	6.215.247,59																																																																																																																																																																																																																													
1711.51.2.1.00.00	COTA-PARTE FPM-COTAS EXTRAORDINÁRIA- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00																																																																																																																																																																																																																													
1711.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	3.584,24	8,70	3.592,94																																																																																																																																																																																																																													
Sub Total		4.959.988,76	1.258.851,77	6.218.840,53																																																																																																																																																																																																																													
TRANSFERÊNCIA DO ESTADO																																																																																																																																																																																																																																	
1721.50.0.1.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	1.042.556,13	393.136,46	1.435.692,59																																																																																																																																																																																																																													
1721.51.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	287.873,77	30.938,28	318.812,05																																																																																																																																																																																																																													
1721.52.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	6.038,39	1.506,47	7.544,86																																																																																																																																																																																																																													
Sub Total		1.336.468,29	425.581,21	1.762.049,50																																																																																																																																																																																																																													
RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO - MULTAS E JUROS																																																																																																																																																																																																																																	
1112.50.0.2.00.01	PTJU - MULTAS E JUROS	54,16	45,94	100,10																																																																																																																																																																																																																													
1119.99.0.2.00.00	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS	217,53	18,17	235,70																																																																																																																																																																																																																													
Sub Total		271,69	64,11	335,80																																																																																																																																																																																																																													
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - MULTAS E JUROS																																																																																																																																																																																																																																	
1112.50.0.4.00.01	PTJU - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.693,15	126,85	1.820,00																																																																																																																																																																																																																													
1119.99.0.4.00.00	OUTROS IMPOSTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.973,62	1.800,48	3.774,10																																																																																																																																																																																																																													
Sub Total		3.666,77	1.927,33	5.594,10																																																																																																																																																																																																																													
DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB																																																																																																																																																																																																																																	
9510.00.0.0.00.01	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - FPM	-991.280,80	-251.768,58	-1.243.049,38																																																																																																																																																																																																																													
9510.00.0.0.00.02	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - ITR	-716,83	-1,74	-718,57																																																																																																																																																																																																																													
9510.00.0.0.00.03	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - ICMS	-208.511,13	-78.627,26	-287.138,39																																																																																																																																																																																																																													
9510.00.0.0.00.04	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - IPVA	-57.574,28	-6.167,53	-63.741,81																																																																																																																																																																																																																													
9510.00.0.0.00.05	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB - IPI	-1.207,66	-301,29	-1.508,95																																																																																																																																																																																																																													
Sub Total		-1.259.290,70	-336.866,40	-1.596.157,10																																																																																																																																																																																																																													
Código	Especificação	Saldo Anterior	MES	TOTAL																																																																																																																																																																																																																													
Maio PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS																																																																																																																																																																																																																																	
Marinópolis, 31 de maio de 2023																																																																																																																																																																																																																																	
<div><div>Evaldo Ribeiro Prefeito Municipal</div><div>José Aparecido Trevizol Contador - CRC: 15P229732/O-0/S-P</div></div> <div><div>Carlos Ariel Medis Tesorero</div></div>																																																																																																																																																																																																																																	
Total																																																																																																																																																																																																																																	
5.582.460,52 1.426.083,98 7.008.544,50																																																																																																																																																																																																																																	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS/SP
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marinópolis - **CONTRATADA:** ASSOCIACAO JALESENSE DE ARBITROS (CNPJ. 02.916.394/0001-58). **CONTRATO Nº** 0040/23 - **PROCESSO Nº** 000041/23 - Modalidade **DISPENSA Nº** 0025/23. **OBJETO:** Contratação de empresa para execução de serviços de arbitragem, montagem, equipe de apoio e desenvolvimento técnico em decorrência da realização da 1ª Copa Regional de Futebol Amador, de 18 de Junho a 13 de Agosto de 2023 neste município de Marinópolis/SP. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1933 e L.C nº 123 de 14/12/2006. **DATA DE ASSINATURA:** 16/06/2023 - **VIGÊNCIA:** de 16/06/2023 a 13/08/2023 **VALOR GLOBAL:** R\$ 14.800,00. **SIGNATÁRIOS:** pelo Contratante, Evaldo Ribeiro - Prefeito Municipal, pela Contratada, Nadir de Souza Pereira, Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUÃ avisa que se acham abertas as inscrições à Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023, que objetiva a aquisição de equipamentos novos, primeiro uso, destinados ao Centro de Fisioterapia e à Unidade Básica de Saúde deste município de Paranapuã/SP, conforme especificações constantes no anexo I do edital, pelo tipo de licitação de "MENOR PREÇO POR ITEM", sendo o prazo para recebimento das propostas até às 08h30m do dia 30 de junho de 2023 e sessão de análise e julgamento das propostas a partir das 08h35min do dia 30 de junho de 2023. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no Papo Municipal, na Rua Pedro Lanzoni, nº 2.383, no horário normal do expediente, disponível no site "www.paranapuia.sp.gov.br" na aba Licitações e no site www.bllcompras.org.br. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no Papo Municipal, na Rua Pedro Lanzoni, nº 2.383, pelo telefone (17) – 3649.9020, no horário normal do expediente ou pelo e-mail licitacao@paranapuia.sp.gov.br.

Paranapuã/SP, 16 de junho de 2023.

DANIEL JUNIOR DURAN PINATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA M. DE PONTALINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA
Aviso de Licitação
Concorrência Pública nº 02/2023
Processo CLUPMP nº 42/2023
Encontra-se aberto nesta Municipalidade Concorrência Pública, que tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de adaptação e readequação para implantação da rede de segurança contra incêndio em Prédio Industrial, pertencente a Municipalidade, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto em anexo, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais normas e condições estabelecidas pela Secretária de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Data para apresentação de propostas até às 09.00 horas do dia 17 de Julho de 2023. O edital completo encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW.pontalinda.sp.gov.br/licitacao , Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780.
Pontalinda, 16 de Junho de 2.023.
Sisnio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA M. DE PONTALINDA

Aviso de Licitação
Modalidade Dispensa de Licitação
Dispensa de Licitação nº 15/2023
Processo CLUPMP nº 41/2023
A Prefeitura Municipal de Pontalinda, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 75 §3º da lei 14133/2021, torna público para conhecimento de eventuais interessados, a fim de obter propostas adicionais e mais vantajosas para Municipalidade, que tem por objetivo contratação de empresa qualificada para executar os serviços de execução de 4 (quatro) pontos de sondagem, tipo hollow stem auger, 2 (dois) estudo hidrologico, elaboração de relatório técnico, com fornecimento de equipamentos e equipe técnica, em estrada de rodagem Municipal nesta Municipalidade, objetivando a obtenção de recursos junto a Defesa Civil para futura construção das 2 (duas) pontes, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais normas e condições estabelecidas pelo mercado nacional. Os interessados deverão apresentar proposta na conformidade do termo de referência dentro do prazo mínimo de 2 (três) dias úteis ou seja até as 09.00 horas do dia 22 de Junho de 2023. O Termo de Referência encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW.pontalinda.sp.gov.br/licitacao Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780.
Pontalinda, 16 de Junho de 2023
Sisnio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal.

PREFEITURA M. DE PONTALINDA

1º Extrato de Adilamento de Contrato
Contratante: P. M. Pontalinda.
Contratada: Mercaria Vieira Ltda EPP, CNPJ (MF) 58.293.838/0001-09.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios de qualidade com fornecimento de forma parcelada, diária, conforme solicitação e a necessidade a serem entregue em diversos setores desta Municipalidade e armazenado Central deste Município, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.
Valor do Adilamento: R\$ 19.428,50
Contrato nº 14/2023
Pregão Eletrônico 02/2023
Processo CLUPMP 11/2023
Data: 07/06/2023
Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURAM. DE PONTALINDA

2º Extrato de Adilamento de Contrato
Contratante: P. M. Pontalinda.
Contratada: Mercaria Vieira Ltda EPP, CNPJ (MF) 58.293.838/0001-09.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios de qualidade com fornecimento de forma parcelada, diária, conforme solicitação e a necessidade a serem entregue em diversos setores desta Municipalidade e armazenado Central deste Município, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.
Valor do Adilamento: R\$ 144.007,00
Contrato nº 14/2023
Pregão Eletrônico 02/2023
Processo CLUPMP 11/2023
Data: 16/06/2023
Sector de Licitações e Contratos

PREFEITURAM. DE PONTALINDA

3º Extrato de Adilamento de Contrato
Contratante: P. M. Pontalinda.
Contratada: Mercaria Vieira Ltda EPP
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios de qualidade com fornecimento de forma parcelada, diária, conforme solicitação e a necessidade a serem entregue em diversos setores desta Municipalidade e armazenado Central deste Município, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.
Valor do Adilamento: R\$ 430,10
Contrato nº 98/2022
Data: 07/06/2023
Pregão Presencial 22/2022
Processo CLUPMP 47/2022
Sector de Licitações

PREFEITURAM. DE SANTA RITA D'OESTE

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO (PRAZO DO CONTRATO) FIRMADO POR ESTA MUNICIPALIDADE COM A EMPRESA (GILBERTO A. DOS SANTOS CONSTRUTORA-ME)
Nesta data, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor OSMAR SAMPAIO, portador da RG nº 17.621.009-X- SSP e do CPF nº 058.301.988-94, residente e domiciliado na Rua José Francisco de Carvalho nº 428, Vila Carvalho, CEP: 15780-000, nesta cidade de Santa Rita d'Oeste,

MEIO AMBIENTE

Ações de preservação ambiental marcaram a Semana do Meio Ambiente em Jales



As ações em comemoração a Semana do Meio Ambiente foram iniciadas na segunda-feira, dia 05, com o plantio de mudas no Sistema de Lazer Lúcia Martins Barbosa, a “Matinha do JACB”

A Prefeitura de Jales, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, realizou de 05 a 10 de junho, a Semana do Meio Ambiente com diversas atividades de preservação ambiental.

As ações foram iniciadas na segunda-feira, dia 05, com o plantio de mudas no Sistema de Lazer Lúcia Martins Barbosa, a famosa “Matinha do JACB”, que está sendo revitalizada pela Prefeitura de Jales. A pedido do vereador João Zanetoni, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente realizou o plantio de cerca de 230 mudas de árvores nativas como

Ipê, Aroeira Pimenteira, Embaúba, Ingá, Figueira Branca, Canelinha, Jenipapo, Macaquinha e Calabura no local, com apoio da Sabesp, Polícia Ambiental e alunos das Escolas Municipais.

Na terça-feira, dia 6, foi realizado um pedágio na Avenida João Amadeu, próximo ao semáforo da Catedral, onde foram distribuídas mudas de plantas frutíferas e medicinais aos motoristas e pedestres. Aconteceram também visitas ao Viveiro Municipal, nos períodos da manhã e da tarde, com a participação dos alunos das escolas municipais, estaduais e da região, além de palestra para feirantes no



A secretária da pasta, Sandra Gigante, o diretor José Rodrigues, o vereador João Zanetoni, que lutou pela revitalização do espaço, e policiais ambientais participaram do plantio de mudas na “Matinha do JACB”

Comboio Municipal, sobre embalagens de agrotóxicos, com o engenheiro agrônomo do escritório da Defesa Agropecuária de Jales, Dr. Maurício Rotundo.

Na quarta-feira, dia 7, o Viveiro Municipal recebeu a visita de alunos durante todo o dia que puderam conhecer o local e um pouco do trabalho realizado, como a fase de germinação da semente, a climatização, o processo de formação e as milhares de mudas prontas para o plantio.

No sábado, dia 10, houve uma Prova de Três Tambores Beneficente, na Estância Gramado, no bairro Córrego do Café, propriedade de

Rogério Lisboa, com a organização do Rotary Clube de Jales - Grandes Lagos, através de seu presidente Juscelino Benedito Marques e participação da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e da Secretaria de Esportes e Juventude. Competidores de Jales, região de outros estados participaram do evento que teve como destaque o jovem João Pedro Nagata Rios, que venceu todas as sete categorias.

De acordo com a secretária da pasta, Sandra Gigante, foi uma semana bastante produtiva que contou com ações importantes de preservação e conscientização



Centenas de mudas de plantas foram doadas para a população durante a Semana do Meio Ambiente

ambiental realizadas junto aos estudantes, educadores e a comunidade em geral. “O objetivo foi levar conhecimento e informação sobre o tema e também uma forma de interação com a população acerca da importância do meio ambiente na comunidade. Meu agradecimento a todos os colaboradores, a Sabesp, Polícia Ambiental, Embrapa, Defesa Agropecuária de Jales, toda a equipe do Viveiro Municipal e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente que participaram e ajudaram no desenvolvimento das ações sustentáveis em Jales”, ressaltou Sandra. O prefeito Luis Henrique para-

benizou o trabalho da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e de todos os envolvidos não só na Semana do Meio Ambiente, mas durante todo o ano e destacou ainda o trabalho de revitalização do Bosque Municipal onde foram plantadas mais de 600 mudas de plantas nativas, além da construção de uma sala de conscientização ambiental. “Muitas ações estão sendo desenvolvidas para deixar nossa cidade mais sustentável e com maior qualidade de vida para as futuras gerações que irão colher o que estamos plantando hoje. Preservar o meio ambiente é responsabilidade de todos nós”.

JALES

Combate ao trabalho infantil é tema de evento em escolas do município



Escolas municipais e particulares de Jales desenvolveram trabalhos com os 3º anos sobre o Combate ao Trabalho Infantil



Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado no dia 12 de junho, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em parceria com as escolas municipais e particulares trabalharam o tema com os alunos do 3º ano das escolas municipais e particulares do município.

Os alunos receberam um botom em alusão à data e desenvolveram trabalhos com jornais e revistas oferecidos pelo CMDCA e pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Eles também ganharam um livrinho de história: “Diário de uma Trabalhadora Infantil”, financiado aos alunos com recursos do FMIJ - CMDCA, direcionado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

O livro apresenta a dura rotina de uma menina trabalhadora doméstica. “Apesar de suas graves

consequências, essa ainda é uma realidade para muitas crianças em nosso país”, ressaltou a presidente do CMDCA, Tamara Vioita. Além deste exemplar, outros foram entregues sobre abuso sexual e bullying com recursos do FMIJ-CMDCA com o intuito de abordar temas polêmicos.

Promovida pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a campanha nacional marca o Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho.

Com o slogan “Proteger a infância é potencializar o futuro de crianças e adolescentes. Chega junto para acabar com o trabalho infantil.” O propó-

sito da campanha deste ano é promover a conscientização da sociedade sobre a importância de se reforçar o combate a este problema no país e no mundo. Cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2019 no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

“O trabalho infantil é uma gravíssima violação dos direitos humanos, é uma violência contra a infância. Crianças e adolescentes têm o direito de brincar, de aprender e de se manter seguras e saudáveis, inclusive em tempos de crise. No entanto, o trabalho infantil ainda é uma realidade em nosso meio. Abordar o assunto é nosso dever, contribuir para sensibilizar a população e fortalecer o movimento contra o trabalho precoce”, destacou a presidente do CMDCA.

ALINE SOLER

• ESTÉTICA PERSONALIZADA •

Tratamentos Faciais e Corporais personalizados e com as melhores tecnologias.

- Limpeza de pele;
- Rejuvenescimento;
- Melasma;
- Tratamento de acne e cicatrizes;
- Lipocavitação;
- Ozonioterapia;
- Criolipólise;
- Carboxiterapia;
- Radiofrequência;
- Tratamentos capilares;
- Design de sobrancelhas;
- e muito mais!

(17) 98112.6838

R. Sete, 2125 – Centro, Jales – SP

TORPEDO

LOCAÇÕES DE CONTAINER

SERVIÇOS DE MUNCK E TRANSPORTES

17 99777-4126

SERVIÇO DE MUNCK É AQUI!

Somos especializados em serviço de munck com mais de 12 anos no ramo!

- Içamentos, remoção e movimentação de cargas
- Içamentos com cesto aéreo
- Transporte
- Montagem industrial e estrutura pré-moldadas
- Construção civil, industrial, comercial e residencial
- Concretagem de lage com funil

EXTREME

Soluções em Internet

Projetos de redes estruturadas, Internet Fibra Optica e Radio.

Tel.: 17-3621-2468 <http://www.extremewi.com.br>

R.: 11, 2064, Centro - Jales - SP / Ap. do Taboado - MS